

BIOPOLÍTICA, FORMAÇÃO CULTURAL (*BILDUNG*) E EDUCAÇÃO

Amarildo Luiz Trevisan

Geraldo Antonio da Rosa

Resumo: Tendo em vista as discussões teóricas apresentadas por Michel Foucault e Giorgio Agamben a respeito da biopolítica, o artigo procura tensionar a compreensão da educação e da formação de professores como formação cultural (*Bildung*). As reflexões desses autores são importantes nesse contexto por perceberem a atuação de elementos determinantes da biopolítica a partir de dentro e de fora da história humana, os quais impõem preocupações com a gestão da vida. Dessa forma, trazem novos desafios para a educação contemporânea, cujas bases estão alicerçadas, ainda que de maneira tênue, na experiência da *Bildung* romântica. Esta requer o livre exercício humano criador de suas formas, tendo em vista a sua historicidade. A imersão na obra desses pensadores potencializa alguns elementos para repensar os desafios da formação no contexto das catástrofes biopolíticas.

Palavras-chave: Biopolítica; formação cultural; educação

Considerações gerais

O universo educacional na atualidade, semelhante a diversos momentos da história, tem suas preocupações voltadas ao desenvolvimento do ser humano de forma global. Diversos estudos definem a educação como formação humana e cultural, o que significa dizer: “Quando se fala, pois, em educação para além de qualquer processo de qualificação técnica, o que está em pauta é uma autêntica *Bildung*, uma *paidéia*, formação de uma personalidade integral” (SEVERINO, 2006, p. 621). Todavia o que se constata hoje em dia é que a educação ainda se depara com muitas incógnitas referentes aos processos e políticas educacionais. Ressalta-se que estamos na segunda década do século XXI, e dentre um amplo espectro de preocupações, persistem certas forças interrogantes: as instituições de educação, desde a infantil até a universidade, são estabelecimentos autônomos no século XXI ou ainda estão presas a referenciais externos? Que alternativas teóricas podem buscar a Filosofia e a Educação para pensar os destinos das políticas e práticas da educação brasileira na contemporaneidade?

A produção científica em termos educacionais no Brasil é muito profícua, entretanto as práticas desenvolvidas e articuladas ao cotidiano escolar dos diferentes níveis de ensino nem sempre correspondem aos processos teóricos produzidos. Um significativo número de pesquisas não consegue pensar as políticas que normatizam o cotidiano das instituições de

ensino, ficando restritas às academias, enquanto outras são aplicadas de forma descontextualizadas, ocasionando modismos num universo que precisaria de mais consistência e objetividade. O que se observa, em termos de referenciais teóricos das políticas públicas, é de que ainda se busca praticar certa “alquimia” redentora da educação brasileira.

Muitos caminhos foram trilhados buscando repostas para as inúmeras questões dentro desse complexo cenário, entretanto mesmo as propostas avançadas não conseguem transcender muitas vezes o atual estado de coisas. Algumas áreas do conhecimento no Brasil, em especial a Filosofia e o Direito, dialogam no universo de seus conhecimentos com análises relacionadas à teoria da biopolítica. Entretanto, dentro do contexto educacional e da formação de professores, enquanto substrato para se pensar novas possibilidades a respeito desta temática, ainda se requer muitos estudos.

A biopolítica debate a entrada da bíos nas técnicas de governo, ou seja a volta à animalidade das políticas que percebem o ser humano como vida nua. Como aduz Foucault, “Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político” (1999, p. 134) e, por isso, pensar a educação nessa perspectiva implica em admitir que a sua compreensão “deve ser buscada no novo modo de relação entre história e a vida: nesta posição dupla da vida, que a situa fora da história com suas imediações biológicas, e, ao mesmo tempo, dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e de poder.” (Ibid. p. 135). A separação proposta por Rousseau, e solidificada por Kant, entre um domínio do reino da necessidade e da causalidade, em que estavam inseridos os fenômenos naturais, e o reino da liberdade, onde ocorriam os fenômenos da moralidade humana, é abalada por essa compreensão da teoria.

No entanto, Severino (2006) aduz que no Ocidente, depois de um longo período de predomínio das preocupações clássicas inspiradas na dimensão ética e, na modernidade, em que prevalecia pensar o âmbito político, a educação transitou a sua autocompreensão como formação cultural na contemporaneidade. Na base da educação enquanto *Bildung* está a compreensão de que os fenômenos educativos estão encharcados de história, ou seja, eles têm uma historicidade, o que vai ao encontro do que afirmam Saviani e Duarte, quando dizem que “o conteúdo da filosofia é a história, isto é, a produção da própria existência humana no tempo” (2010, p. 423). E que, além disso, estes fenômenos deveriam ocorrer, nessa perspectiva, de dentro para fora dos indivíduos, isto é, “A *Bildung*, como lado subjetivo da

Kultur” (SEVERINO, 2006, p. 631), que diz respeito ao modo como ocorre a apropriação subjetiva da formação cultural.

Nesse ponto se coloca a incógnita a ser pensada no texto: Se o discurso da educação como formação cultural (*Bildung*) tem base na história e na subjetividade dos indivíduos, ou seja, no modo como eles assimilam subjetivamente a cultura, o que muda com a reflexão da biopolítica que traz elementos da biologia e, portanto, aspectos fora da história para compreender o universo humano? O discurso da educação como formação cultural, em especial, a formação de professores poderia ser tensionado nessa perspectiva?

No artigo pretendemos efetuar reflexões a respeito da biopolítica como possibilidade de se buscar novos horizontes para a educação nos seus diferentes níveis e modalidades, tendo como suporte teórico o pensamento de Michel Foucault e Giorgio Agamben. Desse modo, com base nos pressupostos de entrada de um elemento externo à historicidade humana, buscamos primeiramente discutir o diagnóstico da racionalidade contemporânea do ponto de vista da biopolítica em Foucault. A seguir, com o auxílio de Agamben procuraremos evidenciar a biopolítica no contexto do estado de exceção e, por fim, faremos algumas incursões pelo campo da formação cultural para repensar a sua atuação diante dos dispositivos de profanação. O objetivo é repensar novos referenciais e caminhos para revigorar a compreensão dos processos educacionais, bem como a formação de professores no ambiente das catástrofes biopolíticas contemporâneas.

1 A biopolítica como diagnóstico da racionalidade presente

Pensar a respeito da biopolítica nos remete a sua origem em Michel Foucault, em seu livro “História da sexualidade” (1988), no capítulo V, Direito de morte e poder sobre a vida, em que propõe reflexões a respeito da gênese desta categoria.¹ A biopolítica é uma teoria que nasce no contexto de análise das catástrofes e da barbárie provocadas pelas guerras. Nessa situação, Foucault aduz: “Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao

¹ O sueco Rudolf Kjellén introduziu o conceito de “biopolítica” no início do século XX, a quem se deve também a criação da expressão “geopolítica”, elaborada a seguir por Friedrich Ratzel e por Karl Haushofer. Alguns anos mais tarde, sem fazer menção aos trabalhos pioneiros desses autores, Michel Foucault se utilizou do termo biopoder ou biopolítica para redimensionar os fundamentos da política moderna, através da noção do governo biológico da vida das populações (ESPOSITO, 2011, p. 27).

nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (1996, p. 129). Ele diz que nunca se matou tanta gente quanto depois que o poder soberano dispôs do poder sobre a vida, e não apenas de morte dos súditos. Para discutir a respeito do poder soberano, o filósofo francês se reporta ao direito romano: “Sem dúvida ele derivava da velha *pátria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de ‘dispor’ da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida já que tinha ‘dado’” (Ibid., p.127). No caso do poder soberano ser ameaçado pelos inimigos, competia-lhe solicitar que seus súditos o defendessem, exercendo de maneira indireta o direito da vida e da morte. E no caso da infração às leis por parte dos indivíduos, facultava-se ao seu poder matá-lo como forma de castigo.

O poder sobre a vida tem sua constituição a partir do século XVII na interligação de dois pólos. Primeiramente, centra-se no corpo e sua integração ligada ao controle do mesmo aquilatado a interesses econômicos. A seguir, no século XVIII, focou-se no corpo-espécie; este, transpassado pela mecânica e pelos fundamentos biológicos. A partir de então começa uma preocupação com aspectos relacionados à saúde, procriação, duração da vida mediante intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. Foucault argumenta que o papel da biopolítica é estabelecer regras e medidas de padronização ou de normalização da vida através da profilaxia das doenças e também do cuidado com a saúde. Além disso, que a corporeidade se torna o símbolo por excelência da política que prevê apenas a centralidade dos corpos para gerir o bem-estar das populações. “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Ibid., p.131). No centro da “tecnologia política da vida” está a preocupação com o sexo, porque ele entra nos dois registros: “De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (Ibid., p. 136).

A respeito da análise do biopoder em Foucault, Duarte (2008) comenta que no marco do século XVII se observa um papel do poder soberano desprovido de certa objetividade, o qual começa a atuar dentro de novos mecanismos de poder, sendo que o poder disciplinar vai além da negação no sentido de atuar nos processos de organização e produção da sociedade. Mas há um deslocamento do foco de ação, pois

se antes o soberano exercia seu direito sobre a vida na medida em que podia matar, de tal modo que nele se encarnava o “direito de fazer

morrer ou de deixar viver”, a partir do século 19 se opera a transformação decisiva que dá lugar ao biopoder como nova modalidade de exercício do poder soberano, que agora será um “poder de ‘fazer’ viver e ‘deixar’ morrer” (DUARTE, 2008, p.7).

Portanto, a partir do pensamento foucaultiano ressalta-se o cuidado do corpo, a saúde da população e da longevidade dos povos não simplesmente nos parâmetros de uma ética voltada à dignificação ou plenificação da vida humana, ou mesmo pela exclusiva preocupação com a saúde e a longevidade. O que se busca por parte do poder e dos micropoderes é a governamentalidade da vida dentro dos interesses econômicos, ou seja, agora não se busca mais estritamente o direito de matar, mas se faz um processo de “gestão da vida”, em que se abre um novo período denominado de “era de um biopoder”. O novo poder se vale da disciplinarização por parte das instituições e a regulação da vida da população em termos demográficos, de riqueza e de sua distribuição, intervindo inclusive, como dissemos anteriormente, na expectativa de vida das populações.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamentos dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1999, p. 132).

Dentro desta perspectiva observa-se que o corpo foi administrado pela governança para servir aos interesses do capital, uma vez que o mesmo passa a ser controlado, desde a saúde, e seu padrão é produzido para servir ao mundo do trabalho. O corpo passa a ser programado para consumir dentro de uma sociedade voltada ao binômio produção-consumo e também este passa a ser consumido como aparelho a serviço da produção na sociedade capitalista.

No entanto, ainda segundo Duarte (2008), Foucault não conseguiu dar toda amplitude de desenvolvimento ao conceito de biopolítica, uma vez que voltou suas investigações à história genealógica da sexualidade. O conceito, de certa forma, foi temporariamente abandonado e retomado mais tarde, quando “a morte prematura veio romper-lhe o fio do pensamento” (p. 2). Além disso, dois outros motivos podem servir como suporte à explicação do por que o termo biopolítica tardou um espaço de quase duas décadas para o seu reconhecimento, como ferramenta para se pensar a política na contemporaneidade. Primeiramente, era necessário transcender a visão de direita e esquerda, aspecto que já se fazia presente no pensamento foucaultiano ao analisar o fenômeno do nazismo e o stalinismo.

Porém fazia-se necessário ir ao encontro do pensamento de Hannah Arendt para se compreender as características da biopolítica, ao se analisar o horror das práticas totalitárias do século XX.

Duarte coloca, em segundo lugar, que o fenômeno da biopolítica passa a ser entendido em âmbito global valendo-se do exercício do poder estatal, “que investe na multiplicação da vida por meio da aniquilação da própria vida a partir do advento recente da política transnacional globalizada e liquefeita, segundo a terminologia de Bauman” (Ibid., p.3). O que se pode verificar na contemporaneidade é um investimento da vida, em que o poder econômico e político exercem a hegemonia da governamentalidade na vida dos habitantes do planeta. Neste contexto, certo darwinismo proporciona a sobrevivência dos mais fortes em detrimento do aniquilamento dos mais fracos. Duarte faz a seguinte reflexão nesse contexto:

Foi assim que Foucault descobriu um corpo social produzido pelo investimento produtivo de uma rede complexa de micro poderes disciplinares que atuavam de maneira a administrar e gerir a vida humana, tendo em vista tornar possível a utilização dos corpos e a exploração otimizada de suas capacidades e potencialidades (2008, p.5).

O autor evidencia que foram estes motivos basicamente pelos quais não foi dada a devida relevância ao termo biopolítica. “Foi apenas a partir da década de 90 que o conceito de biopolítica passou a receber novos originais desenvolvimentos, inflexões e aprofundamentos, engendrando linhas de investigação nem sempre concordantes entre si” (Id. Ibid.).

A biopolítica no contexto do estado de exceção

A teoria da biopolítica de Foucault é herdeira do contexto das catástrofes, das grandes tragédias que abalaram a humanidade no século XX, e por isso não surpreende que Giorgio Agamben lhe tenha utilizado como potencializadora da compreensão dos fenômenos totalitários próprios dos campos de concentração da segunda guerra mundial, em que a vida ficou nua. Foucault delimitou sua análise da biopolítica predominantemente a partir do século XIX, não concentrando seu pensamento na análise biopolítica do século XX, analisada por Hannah Arendt, ou seja os campos de concentração dos regimes totalitários.

Foucault serviu como ponto de inspiração ao pensamento de Agamben que procura avançar na análise da biopolítica por meio das categorias: poder soberano, *homo sacer*, estado de exceção e campos de concentração. Quando Agamben pensa em poder soberano ele procura estabelecer um limite tênue entre a vida que se encontra protegida e a vida nua que se encontra exposta a ser morta. O soberano é uma figura ambígua que concentra os poderes de vida e morte, instituídas pela legislação, que consegue transcender ao direito, criando um estado de exceção.

Mas, segundo Giorgio Agamben, o poder contemporâneo já não se incumbe nem de fazer viver, como postulava Foucault, nem de fazer morrer, como antigamente era a incumbência do regime de soberania. Mas o biopoder contemporâneo, o poder sobre a vida, faz sobreviventes, cria sobreviventes e produz sobrevida – é a produção da sobrevida. (PELBART, 2007, p. 59)

A sobrevivência dos corpos é o lema da política contemporânea cujo protótipo ou “tubo de ensaio” foram as experiências com os prisioneiros dos campos de concentração da segunda guerra. Eles eram figuras que apenas vegetavam, os quais Agamben chama de “muçulmanos”, ou seja, pessoas que não tinham o mínimo direito sobre os seus corpos e viviam em permanente processo de aniquilação na zona cinzenta entre a vida e a morte, ou seja, eram meros sobreviventes ou *homo sacer*:

Aquilo que é capturado no bando soberano é uma vida matável e insacrificável: o *homo sacer*. Se chamamos vida nua ou vida sacra esta vida que constitui o conteúdo primeiro do poder soberano, dispomos ainda de um princípio de resposta para o quesito benjaminiano acerca da “origem do dogma da sacralidade da vida”. Sacra, isto é, matável e insacrificável, é originariamente a vida do bando soberano, e a produção da vida nua é, neste sentido, o préstimo original da soberania. A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono (AGAMBEN, 2007, p. 91).

Agamben, procura analisar o contexto alemão da 2ª Guerra Mundial, tentando estabelecer o estado de exceção como o começo de um processo de inflexão entre a democracia e o absolutismo. “El estado de excepción se presenta más bien en esta perspectiva como un umbral de indeterminación entre democracia e absolutismo” (AGAMBEN, 2010, p.11). Dentro desta perspectiva, em que a era atômica já estava começando, o uso de poderes

constitucionais especiais de emergência poderia fazer parte da regra do jogo político e não de um estado de exceção. Neste sentido os dispositivos de cunho legal e de poder se converteriam à normalidade, sendo absorvidos dentro do universo político em tempos de paz. Entretanto, a figura do estado de exceção pressupõe uma análise jurídica da necessidade. Neste sentido, segundo Agamben (2010) fazer lícito o ilícito faz com que a necessidade seja uma justificativa à transgressão. Diante de um estado de exceção, em que a lei é criada e abolida de acordo com as prerrogativas de um poder soberano que tem poder sobre a vida e sobre a morte, é óbvio que não há mais como viver longe da catástrofe; ela virou regra, pois está imersa em nosso cotidiano. A partir da concepção de biopolítica permite-se a eliminação de qualquer adversário político e categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, não estejam dentro de um macro projeto de dominação. “Desde entonces, la creacion deliberada de um estado de excession permante (ainda que declarado en sentido técnico) há passado a ser uma de las prácticas esenciales dos estados contemporaneos, incluídos los denominados democráticos” (AGAMBEN, 2010, p.11).

Agamben (2005) busca em sua análise os juristas romanos, na tentativa de explicar o significado do sagrado e do profano. Sagrado era aquilo que pertencia aos deuses, ou seja, o que não pertencia à esfera humana. Enquanto que o profano se referia aquilo de havia saído da esfera do sagrado e estava livre para o uso dos homens. Em sua visão, a teologia, que antes estava sob o domínio da Igreja estabelecendo parâmetros de ação calcada num dogmatismo, transferiu-se para o universo do mundo econômico e político. Mas a profanção é diferente da secularização, pois enquanto esta última deixa intacto o poder ao transladar os elementos da esfera religiosa para o mundo humano, a primeira “desactiva los dispositivos del poder y restituye al uso común los espacios que aquél había confiscado” (2005, p. 101). De certa forma este Estado que se diz defensor dos interesses de uma coletividade, por exemplo, no fundo é uma farsa, ou seja, encontra-se privatizado a serviço e interesse dos poderes hegemônicos sacralizados.

A formação cultural diante do diagnóstico da biopolítica

A investigação busca nas discussões teóricas a respeito das concepções de Foucault e Agamben alguns elementos para se pensar a biopolítica, a fim de refletir a possibilidade de perceber a compreensão da educação e da formação de professores como formação cultural. Diante do exposto, cabe interrogar: Que novos elementos poderão ser incorporados à

formação cultural para se pensar os processos a partir de reflexões a respeito da biopolítica na história da humanidade, em especial na era das catástrofes? Será que a educação deveria se enquadrar no diagnóstico da biopolítica ou, pelo contrário, poderia servir-se dele para repensar as suas estratégias e formas de atuação de maneira diferenciada?

A ideia de formação cultural reflete sobre a mudança da espécie humana do determinismo instintivo e biológico para a capacidade de autocriação e autonomia. Nesse contexto, defende o ponto de vista de que, ao emergimos através de um longo percurso evolutivo da lenta e gradual evolução progressiva da história, prevalece a noção de história aberta, cujas marcas são a incerteza e a dramaticidade da existência e a necessidade de assumir a responsabilidade pelas suas deliberações. Combate assim a ideia de que haveria um princípio ou a tentação de entregar a responsabilidade das escolhas a um princípio da natureza ou da história, o qual pudesse orientar ou governar de fora para dentro, e de maneira segura, os indivíduos. O que de fato ocorre, com a instauração da sociedade política, é o reconhecimento de que ninguém sabe ao certo o caminho a seguir, restando a consciência fática de que a responsabilidade por essas escolhas se torna tanto individual quanto coletiva. Severino explica melhor como isso se dá no campo da formação cultural:

O sentido aqui é exatamente aquele da constituição do sujeito que não tem molde onde se encaixar, para se enquadrar, medidas para se medir. Um sujeito totalmente contingente, com muito precárias referências históricas para se guiar em sua existência. Precisa ser, ou melhor, vir-a-ser sem que caminhos precisos estejam previamente traçados (2006, p. 631).

A educação que se instaura nesse ambiente respeita as tradições pelo fato de que a transmissão dos conhecimentos se torna fundamental, em que são oferecidas referências para a construção da ideia de humanidade, respeitando, porém, o desafio da inovação e das novas possibilidades que sempre se anunciam num horizonte aberto. Isso impossibilita que haja o transporte de soluções do passado para o presente, mas sim uma ampliação de horizontes, em que a autonomia, que demanda deliberações, se exerce na direção de um pensamento mais ampliado. A educação deve ser crítica para evitar que os equívocos históricos se repitam, como o do pensar metafísico que se guia por uma teleologia, seja religiosa ou laica, inerente à natureza, história ou ao desenvolvimento científico. É desse modo que se abre a autonomia do pensar e agir ético contra o determinismo dos instintos da espécie. A partir desse ponto se delinea a tese de que educar significa nada mais do que criar as condições para o pensar livre

construído num horizonte aberto de percepções e possibilidades. Portanto, o discurso da *Bildung* se desenvolve refletindo sobre a mudança da espécie humana do determinismo instintivo e biológico para a capacidade de autocriação e autonomia, ou seja, há uma tentativa de deixar para trás algo que está voltando com muita força na reflexão política contemporânea: a força da *bios*, impulsionando a política, a biopolítica.

Porém, como uma proposta que emerge do contexto das catástrofes, a biopolítica se coloca na esteira de teorias que questionam a diferença entre o mundo da causalidade e da liberdade, definido primeiro por Rousseau e consolidado posteriormente por Kant. No artigo “Ainda há catástrofes naturais?”, Jean-Pierre Dupuy argumenta que a intervenção da natureza na história é um fenômeno bastante recente de nossa civilização. Na verdade, há uma simbiose entre natureza e cultura, diferente do que pensava Rousseau e principalmente Kant.

O pensamento de Kant deu ares de nobreza filosófica a esta desvalorização da natureza, fazendo dela um mundo sem intenções nem razões, habitado unicamente por causas, e separando-o radicalmente do mundo da liberdade, onde as razões para agir ficam sob a jurisdição da lei moral (DUPUY, 2006, 1187).

No caso de Rousseau, a defesa do conceito de natureza predica não um retorno ao passado, mas a construção desse estado natural no futuro, uma tarefa a realizar em busca da perfeição. A comprovação a essa tese, Dupuy busca na carta de Rousseau dirigida a Voltaire sobre o terremoto de Lisboa, no momento em que ele situa, com exceção da morte natural, grande parte dos nossos males como “obra nossa”. O fato das pessoas morarem em cidades, muito próximas umas das outras, e quererem salvar coisas no momento do desastre, foi uma das grandes causas do número elevado de mortes no referido terremoto. Dupuy conclui que não se pode “reprovar Rousseau por ter feito desaparecer o predicado ‘natural’, mesmo que a propósito de catástrofes” (Ibid. p. 1184). A seguir, Dupuy revela outros sinais de que estamos vivendo uma confusão entre mundo natural e o mundo humano. Desde os nomes próprios de pessoas atribuídos a furacões, como o Katrina, que revelou a fragilidade norte-americana em Nova Orleães, ou os campos de concentração, que receberam o nome de *Shoa*, que designa uma catástrofe natural, até a palavra japonesa *tsunami*, utilizada pelos sobreviventes de Hiroxima e Nagasáqui, se referiam à catástrofe. “É essa colocação de barreiras que, por sua vez, se despedaça com os horrores morais produzidos no século passado.” (Ibid., p. 1191).

Se as catástrofes causam um reordenamento de elementos que antes estavam isolados nas tradições filosóficas, como o reino da causalidade e da necessidade, por um lado, e o reino

da liberdade e da moralidade, por outro, como então repensar as estratégias de intervenção pedagógica? Será que não lutamos muitas vezes contra poderes que vêm de uma alçada com dispositivos de outra, ou seja, como se tivéssemos plena autonomia de dispor da adoção de artifícios, quando na verdade eles se impõem?

A abordagem da corporeidade e da sexualidade por Foucault é inédita e bastante original, fugindo dos lugares-comuns que a viam como sinônimo de repressão ou proibição, mas como espaço onde eles são intensificados pela via do discurso, desde a confissão da Igreja Católica até os procedimentos da Psiquiatria atual. Com o rompimento da separação entre reino da moralidade e da causalidade pode-se entender o porquê Foucault percebe no nascimento da teoria da sexualidade, no século XVIII, uma forma “de análise, de contabilidade, de classificação e especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais (...), a qual leva em conta “um discurso que não seja unicamente o da moral, mas da racionalidade” (FOUCAULT, 1999, p. 26-27). A racionalidade que aduz o autor francês tem a ver com a normatização rígida causal do mundo da natureza que invade o campo das ações humanas, causando, o que Agamben chamaria depois, a “vida nua”. Por isso uma das conseqüências do biopoder para a teoria da sexualidade “é a importância crescente da norma, à expensas (sic.) do sistema jurídico da lei” (Ibid., p. 135). Se a lei serve-se da ameaça de morte para fazer cumprir um poder que cuida da vida, a norma “terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos.” (Ibid.). Como assevera Severino: “A razão acaba sendo vista apenas como agente de repressão e não instância de libertação, como o pretendia o Iluminismo” (2006, p. 629). Mesmo que Foucault tenha rechaçado em seus escritos o que ele chama de “hipótese repressiva”², o poder normatizador acaba executando esse papel a serviço da razão instrumental, criando uma ideologia de rebanho, vidas vazias, vidas nuas e sem sentido. Se, como afirma Esposito, “Lo que caracteriza al degenerado es, ante todo, su distancia de la norma” (2011, p. 190), certamente é por isso que:

Um poder dessa natureza tem que qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (FOUCAULT, 1999, p. 135).

Em termos históricos, a luta por repensar os caminhos e tradições adotados na educação pode ser visto como dispositivos de normalização para regular poder e distribuí-lo. Diversos fenômenos podem ser elencados nesse sentido, uma vez que o próprio discurso da

² Foucault reserva um capítulo inteiro da discussão do livro *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* (pgs. 19 a 50) para rechaçar essa hipótese repressiva.

formação não passou incólume à sua influência. Afinal, como refere Esposito, “el próprio nazismo nunca renunció a la categoria de *humanitas*, a la que incluso otorgó una máxima importância normativa” (2011, p. 208). Fenômenos recentes na educação brasileira podem ser analisados na perspectiva das técnicas de controle desse biopoder que se apossa da história, desde a importância reguladora do sistema de avaliação para todos os níveis de ensino – o que explica o agigantamento do sistema de avaliação, especialmente na pós-graduação, uma vez que o modelo presente nesse sistema provém das áreas da biotecnologia e outras consideradas de “ponta”, com a sua consequente hierarquização e distribuição de poder e recursos. Também a luta que perpassou muito tempo o campo da formação pela soberania das tendências e correntes pedagógicas, que mais bem desvelaria as idiosincrasias políticas e ideológicas do real, pois essa luta era pela posse e instituição da norma que igualmente regula e distribui poder. Até as campanhas oficiais contra o analfabetismo, quando utilizam uma terminologia de guerra, como “batalhas contra o analfabetismo”, ou de “erradicação da alfabetização”, como se este fosse um problema de saúde pública. “Linguagem militar ou linguagem dos órgãos de saúde pública: fala-se de erradicar o analfabetismo como se fosse malária ou varíola” (FERREIRO, 2011, p. 57). Ou seja, a linguagem da biopolítica contaminou ou colonizou a educação, inclusive o discurso da alfabetização; portanto, desde a mais tenra idade já nos deparamos com o seu predomínio.

Conclusões

O texto discorre sobre o diagnóstico da biopolítica como aporte teórico para a educação nos auspícios da formação cultural. Desse modo, a teoria da biopolítica auxilia a repensar a formação cultural como lugar onde se pode profanar e dar visibilidade à determinação externa à história e, portanto, algo não totalmente controlado pelos seres humanos.

Por um longo período a ideia de formação se debateu com a libertação do predomínio de sua herança metafísica. Era difícil, para não dizer impossível, pensar as questões da normatividade do contexto pedagógico livre de uma teleologia revelada por Deus, ou emancipada de uma disposição de idéias metafísicas reguladoras pensadas longe das relações intramundanas. Posteriormente, a formação esteve prisioneira da discussão de correntes e tendências pedagógicas que se digladiavam numa verdadeira “guerra epistemológica”. Hoje, uma nova situação revela a dificuldade para se pensar os fenômenos educativos imersos na

cotidianeidade: o projeto de governamentalidade biopolítica. A luta em prol de repensar os fatos educativos imersos no fluxo da história, sujeitos a adaptação e readaptação a contextos, às singularidades, ao local e ao regional, às diferenças encontra-se novamente confrontada. Se toda a série de procedimentos diários que temos de empreender para bem atuar no contexto educativo é desabilitado pela prevalência do império da norma, ou por dispositivos de normalização que emanam do biopoder, como educar crianças e jovens para entender a necessidade de dar livre expressão ou deliberação ao seu pensamento num contexto político desfavorável como este? De onde poderiam emanar perspectivas para esse enfrentamento com a cultura biopolítica? Mediante a crise da noção de sujeito soberano moderno, onde encontrar energias para esse enfrentamento?

Talvez um caminho válido para a educação e, conseqüentemente, para a formação de professores, seja tensionar conceitos que a reduzem ao seu aspecto biológico, como o conceito de “vida” (daí a origem de certas expressões como “educar para a vida”, ou que visam tornar a “escola sinônimo de vida”), o qual adotamos muitas vezes acriticamente no ambiente pedagógico. Jean-François Mattéi traça uma ferrenha crítica a esse conceito, responsabilizando-o pela “barbárie da depredação” que se instaurou nas escolas a partir da incorporação ao seu ambiente: “Tal efeito de barbárie era, contudo, previsível desde o momento em que se considerava a escola não mais como um lugar de estudos, mas como um ‘lugar de vida’”. (2002, p. 187). Se a gestão da vida foi incorporada ao meio pedagógico de forma indiscriminada, Máttei salienta logo a seguir que a escola não tem que se abrir à vida, mas ao mundo; mundo este permanente das obras legadas pela história, o que faz da escola a necessidade de ser um ambiente “à parte”. A formação cultural não pode desconhecer a importância dos conceitos biológicos e sua influência na educação, mas o seu discurso tem que estar alicerçado em outra dimensão, caso contrário ficará submissa à barbárie biopolítica.

Por isso, como dispositivo de profanação, por um lado a biopolítica pode auxiliar a formação cultural a melhor entender a sua história e profanar os seus limites. Retirando o manto sagrado que recobre o seu discurso, põe a nu as escolhas que a tornam refém de determinações biológicas. A biopolítica desafia os propósitos da formação de se compreender numa península idealizada, onde os processos educativos ocorreriam de maneira autônoma, ou seja, de acordo com o desabrochar das energias humanas somente. Como aduz Saraiva: “Nesse sentido, entendo que, embora se modifiquem as estratégias, a governamentalidade neoliberal continua utilizando-se da educação como uma ação biopolítica para (con)formar os indivíduos” (2014, p. 151). Isso retira o manto sagrado que recobre o ideal da educação como

Bildung, construída no berço do Romantismo alemão, alicerçada na ideia de que poderíamos dar livre forma às faculdades interiores, sejam de ordem psíquicas e/ou espirituais e sem quaisquer determinações externas. Esse tensionamento abre possibilidades para compreendê-la não mais prisioneira de uma hermenêutica romântica ou idealista, imersa no aspecto normativo, e sim alicerçada numa hermenêutica existencial ou reconstrutiva e crítica (DEVECHI; TREVISAN, 2010).

Porém, mesmo reconhecendo os fatores da ordem da bios, por outro lado uma formação cultural reconfigurada, atenta às dimensões de “sentido” e “finalidade” próprios da filosofia da educação (SEVERINO, 2006, p. 623), pode interpor questionamentos ao diagnóstico da biopolítica. Será que a razão, do ponto de vista de sua atuação na história, pode se reduzir aos estreitos limites enunciados pela biopolítica? Não foram desenvolvidos outros mecanismos ao longo da história humana que permitiram aos homens e mulheres dialogar, se entender e redirecionar os seus processos vividos?

Nesse contexto é possível indagar também a tese do desenvolvimento da humanidade reduzido tão somente à sobrevivência dos corpos, ou se não há algo nela, além disso, que a faz portadora de múltiplos sentidos. Por exemplo: aquilo que a filosofia da educação assinalou como paradigma da formação cultural na contemporaneidade, a dimensão estética (Ibid., p. 631), é radicalizado pela biopolítica na expressão da corporeidade. Mas nesse desenho a natureza da educação não cai restrita à vida psíquico-corpórea exclusivamente, como se não possuísse outras dimensões a serem desenvolvidas? Afinal, se assim for, não teríamos controle sobre as nossas ações e o que nos cabe é viver da melhor forma num imenso deserto global, semelhante à paisagem do filme *Mad Max*, em que os personagens estão condenados a viver eternamente lutando pela garantia de “sobrevivência dos corpos”, como diria Foucault. Ao mesmo tempo, pode servir-se desse diagnóstico para propor a reconfiguração da formação humana, de um humano mais atento aos aspectos ligados à corporeidade e às funções desse aparato, bem como aos desafios hercúleos que se apresentam para fazê-la desabrochar num mundo inóspito.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de excepción*. Valência: Pre-Textos, 2010

_____. *Profanações*. Trad. de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Profanaciones**. Trad. de Edgardo Dobry. Barcelona: Anagrama, 2005.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? **Revista Brasileira de Educação**. V. 15 n. 43 jan./abr. 2010, p. 148-201.

DUARTE, Andre de Macedo. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. **SELECT EDWORKS**, 2008. Disponível em: http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=andre_duarte. Encontrado em 12/10/2015.

DUPUY, Jean-Pierre. Ainda há catástrofes naturais? **Análise Social**, Vol. XLI (181), 2006, p. 1181-1193.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos, biopolítica y filosofía**. 1ª ed., 1ª reimp. – Buenos Aires: Amorrortu, 2011.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. 17ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. 13ª Ed. Tradução: Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MATE, Reyes. **La herencia del olvido**. Madrid: Errata naturae, 2008.

MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior**. Ensaio sobre o i-mundo moderno. Trad. Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

MILOVIC, Miroslav. Política do Messianismo: algumas reflexões sobre Agamben e Derrida. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. Universidade de São Paulo, n.14, 1/2009, p. 102-121.

PELBART, Peter. Biopolítica. **Sala Preta**, São Paulo, USP, v. 7, n. 1, p. 57-66, 2007.

SARAIVA, Karla. A aliança biopolítica educação-trabalho. **Pro-Posições** | v. 25, n. 2 (74) | p. 139-156 | maio/ago. 2014.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, V. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 422-590.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 3, set./dez., 2006, p. 619-634.